

EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: POTENCIALIDADES E LIMITES PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS

PERMANENT EDUCATION AND SOCIAL SERVICE: POTENTIAL AND LIMITS FOR THE TRANSFORMATION OF THE PRACTICES OF SOCIAL WORKERS

Geovana Moreira Mazon*

Maria Cristina M. Capel Laluna**

RESUMO: O serviço social é uma profissão que há décadas luta pela reconceitualização das suas ações que durante um longo tempo foram tradicionalistas e assistencialistas. Para que haja transformação das práticas, a educação permanente se apresenta como uma estratégia para a mudança do processo de trabalho do serviço social, já que se utiliza do movimento de ação-reflexão-ação. Este trabalho objetiva analisar os limites e as possibilidades da educação permanente como uma estratégia de transformação das práticas dos assistentes sociais. O método utilizado pautou-se na abordagem natureza qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram constituídos pelos assistentes sociais vinculados ao complexo assistencial de uma instituição de ensino do Estado de São Paulo. Os dados foram obtidos por meio da construção de narrativa, após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa. A análise de conteúdo na modalidade temática foi usada para o tratamento dos dados. Como resultados, pode-se observar a importância da Educação Permanente como um espaço para reflexões, troca de experiências como disparadores para transformação da prática profissional, apesar dos limites identificados, os quais foram considerados como consequências históricas constituídas pelas profissões.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Prática Profissional

ABSTRACT: *The Social Work is a profession that has been struggling for decades for the re-conceptualization of its actions, which over a long period were traditionalist and assistentialist. For practices transformation occur, the permanent education presents as a strategy for the change of Social Work worker process, since is used the movement of action-reflection-action. This work aims to analyze the limits and the possibilities of permanent education as a strategy for transformation of practices of social workers. The method used was qualitative approach. The research subjects were formed by social workers linked to the welfare complex of a brazilian educational institution of the State of São Paulo. The data were obtained through the construction of narrative, after approval by the Ethical and Research Committee. The content analysis on*

* Assistente Social, Especialista na Modalidade Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, área de concentração Materno Infantil.

** Professora Doutora da Faculdade de Medicina de Marília, coordenadora da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde da Faculdade de Medicina de Marília.

thematic modality was used for data processing. As a result, could be observed the importance of Permanent Education as an area for reflection, exchange of experiences as triggers for transformation of professional practice, despite the limits identified, which were considered as historical consequences constituted by the professions.

Keywords: *Education. Social Work. Professional Practice*

INTRODUÇÃO

A Educação Permanente foi instituída em 2004 pelo Ministério da Saúde, mediante a criação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, através da Portaria n. 198. Em 2007, publica-se a Portaria n. 1996, que dispõe sobre as diretrizes para a implantação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Para Ceccim (2005), a Educação Permanente (EP) se constitui como um método de transformação das práticas profissionais através de reflexões, críticas, reconstrução e mudanças do modo de se fazer o processo de trabalho.

Sendo assim, diante da realidade das atuais condições de trabalho, onde são constatadas as exigências de profissionalização, adequação e até mesmo alienação dos trabalhadores que convivem diariamente com a competitividade e concorrência (FERNANDES, 2007), a Educação Permanente se mostra como uma estratégia capaz de proporcionar e/ou criar mudanças nas práticas profissionais, principalmente quando são trabalhadas as ações rotineiras que são vistas como “institucionalizadas” (BRASIL, 2009).

O Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (2009), expõe que a EP

[...] permite questionar nosso conhecimento prático e refazer a própria ação que conduz a essa situação não esperada; a reflexão abre caminho para a experimentação de outras ações para encarar o fenômeno observado; imaginam-se alternativas e inventam-se provas que conduzem à solução do problema e testam a própria percepção. Às vezes a distinção entre os procedimentos é tênue. Para se produzir mudança nas práticas e, sobretudo, para modificar práticas institucionalizadas nos

serviços de saúde, é necessário privilegiar o conhecimento prático em suas ações educativas e favorecer a reflexão compartilhada e sistemática (BRASIL, 2009, p. 49).

Para Fernandes (2008, p. 55), a reflexão da prática se caracteriza como um processo de aprendizagem “reconstrutivo”, onde a autora expressa que a educação permanente ultrapassa o sentido de atualização e carrega a “essência” do enfrentamento das ações institucionalizadas, rotineiras e dos “velhos padrões” e constrói caminhos alternativos que possibilitam a modificação das mesmas com base nas necessidades dos trabalhadores e usuários, bem como na ética e políticas em vigor.

A Educação Permanente traz mudanças como o modo de apreensão e construção de uma nova “maneira de relacionar-se ou de atuar”, contudo, deve-se excluir e separar o conceito de que a educação permanente modifica apenas “hábitos”, pois as mudanças vão além, gerando um processo de “institucionalização e desinstitucionalização” (BRASIL, 2009, p. 51). Assim, “instalação ou modificação de uma prática institucional implicará influir não apenas no desenvolvimento de novas habilidades específicas, mas necessariamente colocar os pressupostos e os contextos em discussão” (BRASIL, 2009, p. 52).

Cecim (2005, p. 175) conceitua que a Educação Permanente “não se trata da melhor e mais eficiente transmissão de saberes, não é uma metodologia pedagógica que se esgota à [...] aquisição de informação ou habilidade”, e afirma que a mesma possibilita o “desenvolvimento de uma inteligência da escuta, do cuidado, do tratamento”, ou seja, é a “produção em ato das aprendizagens”, sejam elas individuais e coletivas.

Portanto, a EP também apresenta um caráter multiprofissional, descentralizado e a Política Nacional de Educação Permanente expõe que ela “não se limita a determinadas categorias profissionais, mas a toda a equipe, incluindo médicos, enfermeiros, pessoal administrativo, professores, trabalhadores sociais e todas as variantes de atores que formam o grupo” (BRASIL, 2009b, p. 45).

Dessa forma, a Educação Permanente em Saúde perpassa por todas as categorias profissionais e por todos os setores de uma instituição, contudo, deste ponto em diante este texto terá como foco a Educação Permanente para a categoria profissional do Serviço Social, esta que, por sua vez, compõem a lista de profissões da área da saúde.

A Lei n. 12.435, de 06 de Julho de 2011, art. 6, inciso V, referente organização do Serviço Social, aponta a implantação da educação permanente na assistência social, demonstrando assim a ampliação do olhar da educação permanente para esta categoria e também para as outras áreas, e não apenas como estratégia da saúde.

Historicamente, o Serviço Social se reconstruiu através de um “processo de revisão crítica” gerada por um “questionamento global da profissão” que permitiu reconceituar atribuições, ações tradicionalistas e, principalmente, assistencialistas. (IAMAMOTO, 2005).

Iamamoto (2005) compreende que o Serviço Social é mais que uma profissão reconceituada, é um “produto histórico”, advindo das expressões e necessidades da sociedade e agora inserida e voltada para o trabalho e defesa da efetivação das políticas sociais.

Contudo, a categoria do serviço social, mesmo passando por importantes e significativas mudanças, ainda mantém atuações rotineiras e assistencialistas na área da saúde, o que confirma que as mudanças conquistadas através da reflexão das práticas tradicionais se tornam “insuficientes”, mediante os desafios impostos pelas demandas usuárias do Sistema Único de Saúde (CFESS, 2010).

Aligação entre Serviço Social e Educação Permanente, vem para abrir caminhos e possibilitar as mudanças necessárias para se atender às demandas contemporâneas, e estas não seriam suficientes através de outras estratégias, como exemplo a educação continuada que proporciona o aperfeiçoamento de determinada prática, sendo que a EP proporciona uma reflexão e construção constante.

Fernandes (2008, p. 79) expõe que a educação permanente “tornar-se um dispositivo, uma possibilidade” para a construção

das novas ações pautadas no projeto ético-político e no código de ética profissional. A autora expõe também que:

Respaldado em princípios e valores humanistas, o código é mais do que um guia norteador da profissão; é um dispositivo de luta por uma sociedade mais justa, o que pressupõe uma reflexão crítica permanente sobre a maneira como se desenvolve o processo de trabalho do assistente social (FERNANDES, 2008, p. 77).

Entretanto, a constante reflexão do processo de trabalho deve ser pensada com olhar amplo, para que os resultados esperados não sejam motivo de julgamentos inexplicáveis, pois deve-se levar em conta a formação acadêmica e a história profissional, onde nem sempre os profissionais são estimulados a esta reflexão e muito menos preparados para identificar seus erros e acertos.

Nesse contexto, destaca-se o movimento de EP para a categoria do Serviço Social do Complexo Assistencial de uma instituição de ensino do interior do Estado de São Paulo, que se iniciou em Dezembro de 2011, com a participação dos profissionais e dos residentes da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde nas especialidades Materno-Infantil e Urgência e Emergência. Desde então as reuniões de EP ocorrem uma vez ao mês, com duração de uma hora e meia e todos os encontros são agendados previamente ou através de contatos por e-mail.

Como a estratégia da EP está se iniciando a essa categoria profissional, que até então, não havia uma prática de educação instituída junto a esses profissionais e justificada pela falta de estímulo e incentivo por parte da chefia, bem como a pouca compreensão do significado do processo de EP que passou a ser organizado após o início da Residência Integrada Multiprofissional, ou seja, deve-se considerar que foi uma demanda exposta pelos profissionais, mas colocada em prática pelos residentes. Assim, este estudo tem como ponto de partida as seguintes indagações: Quais são as possibilidades e limites da utilização da estratégia da Educação Permanente junto ao Serviço Social? Qual a importância da educação permanente para os profissionais do complexo

assistencial de uma instituição de ensino do interior do Estado de São Paulo? Qual é o papel da Educação Permanente para a reconstrução da prática profissional? Como a Educação Permanente tem sido desenvolvida? Que mudanças ocorreram nas práticas profissionais, após início da educação permanente?

Parte-se do pressuposto que a Educação Permanente consiste em uma potente estratégia de transformação dos processos de trabalho e dessa forma, contribui para a qualificação do cuidado às necessidades sociais de saúde e, em última instância, à transformação da realidade social. A escolha do tema, portanto, parte de uma estratégia histórica e alcança este Complexo Assistencial de uma instituição de ensino ao considerar que o serviço social é uma categoria que requer um processo de EP no seu cotidiano profissional.

A relevância desse estudo se refere ao reconhecimento das potencialidades e limites da Educação Permanente, como uma forma de qualificar o desenvolvimento dessa estratégia junto aos assistentes sociais, fortalecer a criação de espaços de reflexão coletiva das práticas profissionais. Ainda, pode contribuir para a institucionalização da Educação Permanente como uma política do SUS.

1 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tipo descritiva exploratória que trabalha com o universo de significados, valores e atitudes, correspondendo “a um espaço de mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1999, p. 21). Assim, a preocupação dirige-se à compreensão e explicação da dinâmica das relações, a partir das vivências, estruturas e instituições, compreendidas como resultados da ação humana objetivada (MINAYO, 1999).

Os sujeitos convidados e que assinaram o Termo que Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) totalizaram 09 assistentes sociais, que atuavam nas unidades do complexo

assistencial da instituição de ensino do estado de São Paulo, e que se encontravam inseridos na educação permanente do núcleo profissional e voluntariamente aceitaram o convite de participação. Entretanto, do total dos assistentes sociais convidados, 08 profissionais concluíram sua participação entregando a narrativa na data agendada previamente.

Os aspectos éticos do estudo seguiu as Leis e as Diretrizes e Normas que regulamentam a Pesquisa, envolvendo os Seres Humanos através da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS (BRASIL, 1996). Assim, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Marília.

Os dados foram coletados no período de 27/09/2012 a 11/10/2012, por meio da construção de uma narrativa, em razão de a mesma favorecer a reflexão crítica da vivência dos assistentes sociais em processos de educação permanente (FERNANDES, 2008). A autora também afirma que um relato de uma "situação vivenciada", bem como a participação em uma Educação Permanente, possibilita aos profissionais exporem: suas percepções sobre as possibilidades e as dificuldades existentes, as estratégias, as habilidades e as atitudes necessárias aos profissionais, bem como os espaços compartilhados, o trabalho interdisciplinar, a relação com os usuários, as necessidades em saúde, as demandas do serviço social e da saúde pública (FERNANDES, 2008, p. 130).

Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa, mediante contato pessoal, para agendamento da data, hora e local do encontro junto ao pesquisador. Neste encontro, realizou-se a orientação sobre a construção da narrativa individual, norteada pelos objetivos da pesquisa, de forma a expressar as situações vividas e reflexões que os sujeitos julgarem relevantes. Ainda, foi esclarecido que a narrativa deveria ser escrita em até duas páginas, podendo ser digitada ou manuscrita, contendo a identificação do sujeito da pesquisa: nome, idade, sexo, tempo de participação no processo de EP.

Destaca-se que o tempo de participação foi contado por mês, ou seja, os sujeitos que participaram de 01 encontro de EP contaram 01 mês como tempo de participação. Foram esclarecidas

as dúvidas e pactuada a data para entrega da narrativa ao pesquisador. Inicialmente foi expresso à necessidade de 01 (uma) semana para a entrega, porém no decorrer dos dias as assistentes sociais solicitaram mais 01 (uma) semana para a construção e entrega da mesma. O encontro com os sujeitos teve um tempo de duração máxima de 01 (uma) hora, e ocorreu antes da realização da EP do mês de setembro de 2012.

A análise de conteúdo na modalidade temática foi adotada para o tratamento dos dados, por objetivar a verificação das questões e a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, para além das aparências. Este método consiste em um

conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Dessa forma, a análise envolveu as fases de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (GOMES, 1999; MINAYO, 1999).

Assim, após o recebimento das narrativas escritas, foram realizadas leituras extenuantes, deixando-se impregnar pelo conteúdo, organizando os dados por similaridade de ideias, assinalando as que possuíam o mesmo significado, para favorecer a identificação do núcleo de sentido, compreensão e exploração consciente. Os significantes foram analisados, por meio de inferências e interpretações apoiada no arcabouço teórico da pesquisa. O anonimato dos sujeitos foi preservado, para garantir o sigilo. Dessa forma, utilizamos em cada discurso as letras AS acompanhada por número ordinal.

2 RESULTADOS

Participaram como sujeitos da pesquisa 08 (89%) assistentes sociais. No Quadro 1, observa-se que há maior

concentração de idade na faixa etária de 26 a 30 anos, totalizando 04 sujeitos entre estas idades.

Quadro 1. Assistentes Sociais por faixa etária.

Faixa etária	Quantidade
26 - 30 anos	4
31 – 40 anos	2
41 – 50 anos	2

No Quadro 2 observa-se a predominância do sexo feminino, sendo que todos os sujeitos da pesquisa são mulheres, que historicamente a profissão vem sendo composta por profissionais do sexo feminino, sendo mínimo o percentual de profissionais do sexo masculino. Lisboa (2010, p. 67) aponta que:

[...] o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja, que imprimiram na profissão um “espírito de apostolado”, configurando-a como uma profissão a ser exercida por mulheres, como uma “vocação”, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres: o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim “naturalizando” a responsabilidade da profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres. (grifos do autor)

Quadro 2. Assistentes Sociais por sexo.

Sexo	Quantidade
Feminino	8
Masculino	0

Em relação ao tempo de participação na Educação Permanente do núcleo profissional, percebe-se que há uma variação entre 01 mês a 05 meses, ou seja o tempo de participação

varia entre 01 (um) encontro a 05 (cinco) encontros de EP, conforme aponta o Quadro 3.

Quadro 3 Assistentes Sociais por tempo de participação na educação permanente.

Tempo de Participação	Quantidade
1 mês – 2 meses	3
3 meses – 4 meses	2
5 meses - 6 meses	3

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS TEMAS

A totalidade das informações permitiu a análise do estudo, organizado nos temas: a) O Potencial da Educação Permanente; e b) Educação Permanente: limites para transformação da prática.

3.1 O Potencial da Educação Permanente

As narrativas apontam para potencialidades da Educação Permanente, relacionando-as à sua importância, ao seu papel e às Perspectivas de Mudança na Prática das Assistentes Sociais inseridos na EP, conforme expresso pela AS1

Educação Permanente como uma ferramenta que procura fazer a interação entre trabalho e educação propiciando a problematização e resolução das demandas cotidianas com o objetivo de melhorar o serviço e o atendimento, uma dinâmica que busca levar a uma atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada, competente e construtiva aos sujeitos deste processo (AS1).

A importância da EP se apresenta como a possibilidade do “desenvolvimento pessoal e profissional”, através da reflexão, discussão e problematização da prática (ARRUDA et al, 2008). Essa importância compõe-se pela possibilidade e construção de espaços

que proporcionem a reflexão crítica, capaz de levar a problematização das situações vivenciadas e alcançar o desenvolvimento dos sujeitos. Ora, se visualizar a Educação Permanente como uma ferramenta, estratégia de educação em serviço, sua importância se concretiza no “desvelamento” da prática profissional, o que conseqüentemente alcançará a reflexão e problematização das ações. AS4 sintetiza

[...] permite a reflexão e o diálogo com as práticas e concepções vigentes, tendo em vista sua problematização [...] (AS4)

Cecim (2005, p. 165) amplia o conhecimento quando expõe que a importância das práticas educativas se configura como “dispositivos para a análise da(s) experiência(s) locais”.

Logo, a importância da EP está em proporcionar a reflexão através de discussões das práticas cotidianas de forma ampliada e voltada para a problematização.

[...] momento para uma reflexão crítica do processo de trabalho e, a possibilidade de uma problematização coletiva das demandas vivenciadas pelos profissionais, [...] (AS7)

Sendo assim, a troca de experiência, que compõem determinados relatos das narrativas, é citada como disparador para o início das reflexões

[...]EP com assistentes sociais tem proporcionamos momentos únicos de troca de experiências e estímulo à busca teórica [...] espaço de novas reflexões [...] (AS5)

[...] discussões, troca de experiências, do estímulo à busca de novos conhecimentos e socialização das informações. (AS8)

Mediante a exposição acima, observa-se que a prática profissional, em muitos casos, é o ponto de partida para a reflexão e o principal espaço para as mudanças e desenvolvimento dos sujeitos envolvidos nas estratégias da EP.

Fernandes (2008, p. 56) relata que a EP comprova a importância da “reflexão crítica do processo de trabalho e valoriza as experiências dos trabalhadores vivenciadas no campo da saúde”, conforme referenciado pela política de saúde do Brasil.

Para Paschoal (2004, p. 07) a reflexão da prática cotidiana é essencial, considerando que “a educação desenvolve-se no sujeito, e ele, por meio de seu conhecimento, age e transforma o meio em que vive”.

A possibilidade de discussão e reflexão das ações realizadas dentro do espaço de trabalho, entre o coletivo, resulta na ampliação significativa da aprendizagem para os envolvidos, ou seja, novo olhar, nova forma de entender as práticas e necessidade de buscar respostas para as dúvidas expostas, para os desconfortos e lacunas identificadas.

A reflexão e problematização impulsiona a busca teórica, e objetivo desta busca é ampliação do conhecimento e possibilidade de desenvolvimento.

[...] busca teórica que fundamente nossas ações, criando mecanismos que possam identificar com maior clareza as [...] situações a serem superadas [...] todos contribuem nesta construção do saber, sendo perceptível o amadurecimento dos envolvidos e o respeito as divergências que surgem [...] (AS7)

Reconhecer os desconfortos experimentados no cotidiano do trabalho por meio da reflexão sobre o modo como penso e atuo, percebendo que esse não tem dado conta dos desafios - esse movimento me dispõe a busca de alternativas de práticas e conceitos capazes de transformações; (AS4)

A EP se apresenta claramente como uma estratégia de alcance da transformação das práticas profissionais, sendo assim intervém no processo formativo, e apresenta uma nova forma de processo pedagógico dentro do ambiente de trabalho, de práticas e ações profissionais, logo, rompendo com o processo educacional tradicional.

Segundo Brasil (2009b, p. 45) “aproximar a educação da vida cotidiana é fruto do reconhecimento do potencial educativo da situação de trabalho. Em outros termos, que no trabalho também se aprende”. AS3 expõe

[...] necessidade da superação constante da prática profissional, podendo-se analisar e/ou corrigir falhas, repensar métodos, divulgar situações ou simplesmente compartilhar conhecimento. (AS3)

Diante da complexa realidade em que os profissionais da área da saúde encontram-se inseridos, onde os conhecimentos e novidades tecnológicas se renovam constantemente, a proposta pedagógica da EP é trazer para a realidade a noção do “aprender a aprender” e de aprender de forma significativa (CECIM, 2005).

Para Fernandes (2008, p. 99)

Quando o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, identificando a natureza dos fenômenos existentes e as suas consequências, cria-se um mecanismo para identificar com mais clareza as situações a serem superadas mediante uma ação educativa sistemática.

Logo, a reflexão sobre as condições de trabalho possibilita a “criação” e a “aquisição de um novo saber”. Essa construção do saber dentro do mundo do trabalho, durante o desenvolvimento das atividades e ações, “em espaço-tempo específico, no exercício de uma ocupação profissional, com o passar do tempo vai se revelando como um novo saber, podendo modificar, inclusive, o ‘saber trabalhar’”(FERNANDES, 2008, p. 88).

Para Cecim (2005, p. 163) a EP se torna essencial e expõe de forma clara que se não houver mudanças nas formas de se organizar, principalmente em se organizar enquanto equipe multiprofissional, enquanto coletivo dentro do cenário de trabalho, enquanto apoio e fortaleza da equipe, “orientadas pela sempre maior resolutividade dos problemas de saúde”, podemos “colocar em risco a qualidade de nosso trabalho”. Ampliando a análise, considera-se que uma “equipe é uma possibilidade de construção/desconstrução/

reconstrução permanente” e todo esse processo deve sempre manter o objetivo em comum: “o cuidado” (BRASIL, 2005c, p. 99).

A importância da implantação da EP na área da saúde, como uma estratégia pedagógica eficiente e inovadora, se concretiza neste momento, ou seja, a ligação teoria e prática, a mudança de olhar e ampliação do conhecimento dentro do coletivo profissional, o incentivo à busca do conhecimento, entre outros, levam a possibilidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

Paschoal (2004) descreve que a educação deve ser compreendida

[...] como um processo dinâmico e contínuo de construção do conhecimento, por intermédio do desenvolvimento do pensamento livre e da consciência crítico-reflexiva, e que, pelas relações humanas, leva à criação de compromisso pessoal e profissional, capacitando para a transformação da realidade. (Paschoal²⁵, p. 08, 2004)

A realização da análise referente a importância da EP, aponta o conhecimento e valorização deste processo para os assistentes sociais que integram o processo de EP e são sujeitos desta pesquisa, onde reconhecem a possibilidade de desenvolvimento pessoal e profissional que é base para a identificação da importância do processo de Educação Permanente.

Conclui-se a reflexão sobre a importância da EP com as palavras de Fernandes (2008, p. 94) onde afirma que “a aprendizagem no trabalho é um processo de ação reflexão ação que, [...], pode privilegiar a aquisição de conhecimento, a produção de saberes, a realização profissional, o questionamento e a descoberta de novas formas de trabalho”, e este é processo vivido atualmente pelos sujeitos desta pesquisa, que lutam para concretizar e ampliar o momento de reflexão de sua prática.

A Educação Permanente traduz em seu papel o significado, a partir das discussões e problematizações, para a construção de ações emancipadoras e transcendentais dos processos alienatórios (FERRAZ, et al, 2010).

Logo, o papel da educação permanente se configura no alcance da construção de mudanças das práticas profissionais, e está expressa nas seguintes ideias das assistentes sociais

[...] compreendo que a Educação Permanente propiciará aos profissionais, revisão e reestruturação de suas ações no cuidado. (AS1)

[...] profissionais [...] participativos frente aos movimentos de melhoria das questões trabalhistas e que fortalecem as categorias como forma de busca para a melhoria do sistema como um todo. (AS2)

Estas ideias apontam para o papel da EP, quando se observa que ela objetiva mudanças, reestruturações, conquistas de profissionais ativos, participativos e construtores de sua história e ações profissionais.

[...] construção de novas práticas que alcancem à integralidade e humanização. [...] reorganização do processo de trabalho e qualificação dos atendimentos e serviços prestados àqueles que demandam nossa atenção. (AS4)

[...] novas estratégias de trabalho [...] afirmação do projeto ético político profissional. [...] proporciona transformações na atuação, fortalecimento da categoria e autocrítica. (AS5)

Fernandes (2008, p. 76) afirma que “os profissionais vêm investindo na sua formação profissional no sentido de superar os obstáculos para consolidar seu projeto ético-político”, sendo assim, a EP concretiza seu papel como uma estratégia que alcança mudanças e supera as ações rotineiras, além de se apresentar como uma forma eficiente de investimento para o alcance da reestruturação das práticas.

Segundo a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2009b), “os processos de educação permanente em saúde têm como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho” (BRASIL,

2009b, p. 20), sendo assim, os sujeitos da pesquisa demonstram uma busca para esta transformação dentro dos cenários de prática.

Pode-se observar também que o papel da EP vai além das mudanças para os profissionais, chegando aos usuários atendidos, ou seja, alcançando um novo sentido para a prática profissional, que passa a ser exercida pautada no projeto ético-político, dando ao profissional uma base crítica, um olhar ampliado e que veja as suas ações como ponto de partida para um cuidado integral.

[...] comprometimento de todos em fazer a diferença e fortalecer a atuação profissional [...] melhoria do trabalho em equipe e a qualidade no atendimento às necessidades de saúde dos usuários [...] (AS8)

[...] ação pautada no nosso projeto ético político, onde devemos priorizar a ação crítica embasada nos direitos humanos. (AS6)

Fernandes (2008, p. 169) relata sua experiência com o processo de EP e contribui para a análise quando expõe que “as experiências de Educação Permanente [...] estão fincadas em princípios éticos-políticos, que direcionam a construção de uma sociedade com justiça social e cidadania emancipatória.

O papel da EP também tem sua potencialidade expressa na efetivação da práxis profissional. Segundo Heller (1970 apud Magalhães 2006, p. 16) “a prática cotidiana não se caracteriza como a práxis, embora lhe seja intrínseca”, contudo, essa prática vem carregada de ações institucionalizadas e que geralmente levam a alienação do profissional. A práxis resulta na ação-reflexão-ação, na reconstrução constante, e a Educação Permanente vem para disparar esta mudança através de seu papel.

Segundo Ferraz et al (2010, p. 559) a educação permanente ultrapassa o “aperfeiçoamento” ou aprimoramento profissional e proporciona “aos sujeitos-trabalhadores buscarem sua autonomia, cidadania, bem como resgatar sua multidimensionalidade, a qual poderia constituir-se como fundamento de desalienação”.

Os seguintes relatos dos sujeitos da pesquisa demonstram o que acima foi exposto

[...]fazervaleratãomalmejadapráxisnocotidiano.(AS3)

Sermos atores ativos e produtores das cenas e não assujeitados pelos padrões hegemônicos e/ou institucionais [...] reestruturação das práticas profissionais. E mais, na reestruturação das práticas humanas. (AS4)

Fernandes (2008, p. 179) traz que a concretização da EP “parte de questionamentos que surgem no cotidiano do trabalho, na relação com o próprio usuário e com o desejo de saber. Desejo esse que tem a ver com as mudanças, com o novo, com a resolutividade e com o comprometimento para consolidação do SUS”

Ceccim (2005, p. 166) também contribui quando expõe o que os profissionais ou “atores do cotidiano [...] devem ser protagonistas da mudança de realidade desejada pelas práticas educativas” e esta mudança só será alcançada mediante a realização do movimento de autoanálise e de autogestão que sempre proporciona a revisão do real papel da Educação Permanente. AS4 expressa essa ideia

Autoanálise e auto-gestão dos coletivos, com vistas à integralidade para superação dos serviços centrados nos eventos biológicos e procedimentos; (AS4)

Moreira (2010, p.38) acrescenta que o processo de EP alcança um potencial “revolucionário” e digno de rupturas do tradicional, padronizado e imposto através de hierarquias, alcançando a transformação “no modelo de atenção pautado pelo biologicismo, tecnicismo e centrado na doença e no médico”.

O papel da EP deve transcender as mudanças dentro dos cenários da prática profissional, alcançando níveis de transformação mais fortes e concretos.

Segundo Ferraz et al (2010, p. 560)

(...) “uma práxis transformadora está em proporcionar aos sujeitos-trabalhadores a construção de conhecimentos fundamentados na liberdade individual e coletiva, ancorados nos preceitos de cidadania, situação que a transformação individual que possa incidir em transformações sociais”.

As considerações referentes ao papel da EP direcionaram para a afirmação de que a mudança é o objetivo a ser alcançado, ou seja, os sujeitos da pesquisa conseguiram trazer a essência defendida pelos autores citados e conseguiram expor que a importância da EP está em proporcionar o momento de reflexão da prática profissional enquanto o papel desta é alcançar a tão almejada mudança e ruptura com os padrões estabelecidos pelas instituições empregadoras.

As mudanças concretas da prática profissional, após o início da EP ainda não foram percebidas pelos sujeitos. Possivelmente, a adesão tímida dos profissionais ao movimento e a institucionalização de diversas ações sejam os motivos para a não percepção da mudança, pois ambos demandam tempo, perseverança e compreensão. Contudo, observa-se que há um movimento que tem potência para provocar mudanças, quando pode ser reconhecido um processo de reflexão sobre a prática do assistente social dirigidas às situações de óbito, à construção de documento contemplando as ações específicas do núcleo profissional, ao trabalho em equipe, à produção de conhecimentos e ao fortalecimento e valorização do grupo em que se desenvolve a EP, como pontuado pelas assistentes sociais

Partilhando algumas experiências e mudanças decorridas da E.P. temos: um repensar às posturas e práticas profissionais frente a situações de óbito, a construção coletiva de um documento que especifica as ações realizadas pelos assistentes sociais dentro de cada cenário e também no [fala o nome] como um todo, a discussão e aprendizagem do trabalho em equipe, a troca de experiências e saberes que aprimoram nossas práticas e um início de um grupo que anseia por materializar suas práticas na forma de artigos. (AS4)

[...] não tive o prazer de ver mudanças concretas/significativas no cenário de prática da urgência, mas fico satisfeita em saber que o grupo está se fortalecendo a cada dia. (AS1)

Valorizo e enalteço cada momento em grupo, pois me é oportunizado expor ideias, conhecimentos e contribuir com o cuidado. Ainda em grupo, percebo o processo de mudança causada pela assimilação de outras opiniões, e conhecimentos sobre o tema. (AS5)

Ainda, por ser considerada como um processo que favorece a motivação da Assistente Social no repensar da prática, a EP tem potencia em provocar mudança tendo em vista o compromisso dos sujeitos envolvidos.

[...] o processo de Educação Permanente me motiva a acreditar que as mudanças pensadas podem sim se tornar realidade, a partir do comprometimento de todos em fazer a diferença e fortalecer a atuação profissional na unidade onde trabalha. (AS 8)

Segundo Ferraz et al (2010, p. 560) na “práxis transformadora, busca-se rescindir com o usual e instituir novas maneiras de pensar/agir a educação como proposta de transformação pessoal, profissional, social e institucional”. O trecho exposto reafirma o que os sujeitos da pesquisa escrevem, pois existe a consciência e esperança que a mudança da prática é importante e necessária, e repensar nesta mudança, leva ao compromisso de todos os profissionais para a construção de novas formas de conhecimento.

A positividade da EP também pode ser reconhecida, quando identificamos uma sugestão para que esse processo pudesse ser ampliado às distintas categorias profissionais, bem como ao processo de reflexão coletiva, ao tempo destinado ao repensar sobre a prática profissional, ao aprimoramento e ao reconhecimento da categoria profissional na instituição.

Apesar de pouco ter participado de EPs tenho plena certeza dos aspectos positivos dessa prática, a qual deveria ser adotada por todos os seguimentos profissionais, como maneira de fortalecê-los perante os conflitos e situações, inclusive de características pessoais. (AS2)

Considero a EP positiva para o serviço social, primeiro por estar possibilitando aos profissionais um tempo para repensar sobre a prática, sobretudo, por estarmos inseridos em cenários que exigem um aprimoramento constante para darmos respostas as demandas que chegam para intervirmos; segundo, por permitir nos firmar enquanto categoria dentro da Instituição. (AS7)

[...] ora analisando a prática e discutindo as ações com seus pares temos a oportunidade de refletirmos sobre ela de forma coletiva, e através deste movimento apreendermos sobre fatos do cotidiano que tem aparência não complexa, mas que são complexos, e cabe a nós profissionais termos a ousadia de colocarmos propostas de mudanças. (AS6)

A EP apresenta a importância da sua implantação em equipe multiprofissional ou em coletivo dentro do cenário de prática, onde busca-se a democratização do conhecimento e crescimento no coletivo.

O resultado esperado é a democratização dos espaços de trabalho, o desenvolvimento da capacidade de aprender e de ensinar de todos os atores envolvidos, a busca de soluções criativas para os problemas encontrados, o desenvolvimento do trabalho em equipe matricial, a melhoria permanente da qualidade do cuidado à saúde e a humanização do atendimento (BRASIL, 2005a, p. 14).

Percebe-se uma potencia ampliada para mudança da prática quando pode ser identificada em um discurso, a participação da Assistente Social em processo de EP com equipe multiprofissional, e a lógica da EP ser estendida a outros espaços, como forma de repensar o processo de trabalho. Esta ampliação da EP para uma equipe multiprofissional torna-se importante, pois essa estratégia não pode ficar restrita ao uniprofissional, bem como os problemas não devem ser fechados a uma categoria profissional.

Eu trabalho com equipe multiprofissional na área hospitalar, e, como perfil da instituição, convivo também com residentes e alunos. Já participamos de educação permanente em equipe, e agora, utilizamos o espaço da reunião [colegiado da unidade] para repensar o processo de trabalho, e quando há dúvidas, recorre-se a literatura para embasar uma forma de agir e atender as necessidades da pessoa internada e sua família. (AS5)

O sujeito da pesquisa expõe uma experiência vivida na EP, e esta transcendeu o espaço próprio para sua realização, alcançando uma mudança na forma de discutir casos em equipe, onde cada momento se tornou própicio para o crescimento coletivo.

Fernandes (2008, p. 104) confirma a importância da discussão em equipe quando expõe que é “fundamental que os profissionais possam socializar o conhecimento adquirido junto à sua equipe de trabalho e aplicá-lo à sua prática, desde que exista uma correlação do conteúdo com a necessidade vigente”.

Concluindo, embora a análise não apresente concretização de mudanças no cenário de prática, os sujeitos da pesquisa apontam uma confiança e credibilidade ao processo de EP, ou seja, acreditam e confiam no papel que a Educação Permanente e nas mudanças tão almejadas por todos.

3.2 Educação Permanente: limites para transformação da prática

O ponto central para transformação da prática consiste na lógica proposta pela EP, que requer dos sujeitos envolvidos uma disponibilidade à reflexão crítica do processo de trabalho. Entretanto, pode observar-se que a falta de adesão das assistentes sociais à EP constitui-se em um dos limites, que podem dificultar essa transformação. A narrativa abaixo expõe essa ideia.

Quanto aos limites para a transformação da prática, ainda considero ser a falta de adesão dos profissionais que não atendem aos convites para participar da EP e assim possam contribuir para a construção de uma

práxis, que obrigatoriamente exige estudo, pesquisa e debate e com a possibilidade de promover mudanças significativas. (AS7)

O desafio está em instigar os profissionais a refletirem sobre o processo de trabalho, considerando o contexto e a transformação de suas práticas. Nesse sentido, a EP se constituiu uma estratégia que favorece a reflexão sobre a vivência no trabalho, a qual pode gerar desconfortos, já que o atual modo de agir e pensar tem se revelado insuficiente para atender as necessidades de saúde dos usuários no SUS. Sair da zona de conforto significa entrar em contato com situações que podem provocar medo, ansiedade e risco. Assim, nem sempre os Assistentes Sociais estão abertos a agir diferentemente das ações, pensamentos e atitudes que mantêm um sentimento de segurança.

Na formação profissional do Assistente Social, faz-se necessário compreender o cenário em que a profissão se concretiza, assim como a realidade social que o cerca. Pode-se dizer que as mudanças políticas, sociais, culturais e ideológicas; as profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social; assim como as relações entre os sujeitos, tem impulsionado a reflexão sobre as novas demandas e dinâmicas do mundo do trabalho. Dessa forma, esse contexto além de impulsionar o entendimento sobre o papel da profissão na sociedade do capital, as novas necessidades do campo do trabalho requer uma formação que propicie aos Assistentes Sociais contribuições teóricas, éticas, políticas e técnicas. A transformação das práticas decorre da mudança interior, que conduz a mudança de atitude.

Por outro lado, embora o contexto impulse uma mudança na formação dos Assistentes Sociais, as instituições de saúde ainda priorizam e mantêm o processo de produção da saúde estruturado, centrado no instrumental e nas normas, como forma de garantir maior produção de procedimentos. Ao dirigir-se sobre a prática do Assistente Social, construída histórico-socialmente, torna possível a compreensão da falta de adesão à EP, além de ela provocar desconfortos no processo reflexivo, pode também ser explicada pela determinação histórico-social e, a inserção do Serviço Social

[...] nos diversos processos de trabalho, encontra-se profunda e particularmente enraizado na forma como a sociedade brasileira e os estabelecimentos empregadores do Serviço Social recortam e fragmentam as próprias necessidades do ser social e a partir desse processo como organizam seus objetivos institucionais que se voltam a intervenção sobre essas necessidades (ABESS, 1996, p. 36).

Concorda-se com Sarreta (2008, p. 45), a ação crítica e reflexiva do Assistente Social sobre o cotidiano subsidia a produção de “novas possibilidades, a explicitar interesses divergentes e apontar projetos alternativos”. A busca permanente de alternativas aos problemas que dificultam a produção de saúde baseada na compreensão de que a realidade pode ser transformada, num constante compromisso com a defesa da vida, o trabalho profissional se configura numa “fonte para gerar impactos positivos no nosso cotidiano”. Assim, “a intervenção prática e teórica do Serviço Social no SUS é fortalecida na proposição de caminhos para o desenvolvimento da autonomia e da emancipação, visando ampliar as oportunidades de escolhas dos sujeitos sociais e o acesso aos recursos para um padrão de vida digno” (SARRETA, 2008, p. 45).

Se a EP se configura como uma estratégia que possibilita a transformação das práticas profissionais, torna-se necessário problematizar que o mundo do trabalho é um espaço de multiplicidade, do diverso, da tensão e da disputa e não um campo harmônico em si mesmo. Portanto, em seu desenvolvimento, há que se reconhecer a diversidade, os processos de formação das subjetividades, a forma singular de produção do cuidado, trabalho vivo dependente, que revela os afetos, a potência produtiva e a riqueza da práxis (MERHY; FEUERWERKER, 2007).

Em se tratando de uma estratégia de gestão, compreende-se que a EP não deve ser uma iniciativa individual de parte das assistentes sociais, mas sim que o gestor, para implementar seu projeto político, aposte na produção de coletivos, nos encontros entre os trabalhadores, já que esses encontros podem propiciar que novos pactos de organização do trabalho sejam produzidos. Assim, a EP seria uma das estratégias para concretizar essa aposta no trabalho

vivo e na construção de pactos ético-políticos que colocassem os usuários e suas necessidades como foco da organização do trabalho em saúde (BRASIL, 2005b).

Nesse sentido, o gestor necessita apoiar a criação de espaços coletivos e oportunizar a participação dos profissionais nesse espaço compartilhado, que favorece a aprendizagem no trabalho, o compromisso e a responsabilização pelo processo e resultados (BRASIL, 2005b).

A ideia presente em uma das narrativas sobre a EP dirigir-se à aquisição de informações como possibilidade de embasar os argumentos sobre determinado tema, a nosso ver consiste em um limite de compreensão sobre o sentido dessa estratégia.

(...) os momentos de EPs são ferramentas para os profissionais se envolverem com leitura de livros e artigos, que favorecem o embasamento de seus argumentos e críticas frente a inúmeros assuntos (...) AS2

A EP parte da problematização da realidade concreta do processo de trabalho, tendo como referencia as necessidades de saúde das pessoas, e a partir delas produzir transformações significativas nas práticas de saúde. Quando a compreensão do sentido da EP se dirige a aquisição de conhecimentos, ela se aproxima da ideia da Educação Continuada, que por sua vez, pauta-se pelo princípio de que a atualização de conhecimentos é condição para transformação das práticas e, ainda ao entender a prática. (PIERANTONI; RIBEIRO, 2001).

A EP deve ser compreendida para além da aquisição de conhecimentos. Embora seja reconhecido que a aquisição de conhecimentos, por meio da EP, pode induzir a mudanças, Demo (2002) nos desperta para a necessidade do uso desse conhecimento, já que aprender refere-se à compreensão da realidade complexa e que o conhecimento que está em constante transformação.

Para Silva et al. (2010), a proposição da EP em saúde na perspectiva de transformação se dá por meio da articulação entre a teoria e prática realizada pelos sujeitos, considerando-se as políticas institucionais. Assim, as possibilidades de mudanças por meio das

ações de EP podem constituir-se em opções às formas tradicionais de educação ao indicar práticas educativas que considerem o contexto histórico, social, econômico, político e ético.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as possibilidades e limites da Educação Permanente para a categoria profissional dos Assistentes Sociais que atuam em unidades do complexo assistencial de uma instituição de ensino do interior do estado de São Paulo proporcionou a ampliação do olhar e aprofundamento do conhecimento para a importância e papel desta estratégia, bem como a visualização das mudanças ocorridas dentro do cenário de prática.

A análise e reflexão das narrativas alcançaram os objetivos da pesquisa, onde os assistentes sociais pontuaram suas compreensões com relação à importância e ao papel da educação permanente, expondo as potencialidades da EP por meio das palavras chaves como: reflexão, discussão, problematização, repensar, reconstruir, romper, mudar e transformar as ações e práticas profissionais.

Porém, as mudanças foram relatadas como não perceptíveis ainda, ou seja, mesmo não existindo uma mudança concreta e que possa servir como exemplo, há uma demonstração de confiabilidade ao processo de EP, assim os sujeitos da pesquisa permanecem perseverantes.

Os limites identificados carregam em sua essência a história profissional, onde não existem culpados diante das dificuldades ou limites e sim subjetividades e sujeitos constituídos historicamente junto à instituição em que trabalham.

Assim, este trabalho apresenta que a Educação Permanente é e continuará sendo uma ferramenta potente para a mudança das práticas profissionais, onde as possibilidades sobressaem aos limites, reforçando que a EP pode e deve ser implantada em todos os cenários e para todas as categorias profissionais, independente da área de atuação.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional:** novos subsídios para o debate. Recife: [s/n], 1996.

ARRUDA, M. P. et al. **Educação Permanente:** uma Estratégia Metodológica para os Professores de Saúde. Revista Brasileira de Educação Médica. 32 (4) : 518-524 ; 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRASIL Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196 de 10 de outubro de 1996. **Diretrizes e Normas de Pesquisas envolvendo os seres humanos.** Brasília; Ministério da Saúde, 1996.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **A educação permanente entra na roda:** pólos de educação permanente em saúde - conceitos e caminhos a percorrer. 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Curso de Formação de facilitadores de educação permanente em saúde:** unidade de aprendizagem – análise do contexto da gestão e das práticas de saúde. Brasil. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde/FIO CRUZ, 2005b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Curso de formação de facilitadores de educação permanente em saúde:** unidade de aprendizagem – trabalho de relações na produção do cuidado em saúde. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 2005c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 64, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9), Brasília : Ministério da Saúde, p. 64, 2009b.

CECIM, R. Burg. **Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário**. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v. 9, n. 16, p.161-77, set.2004/fev., 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação do assistentes sociais na política da Saúde**. Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, n. 2, Brasília: CFESS, 2010.

DEMO, P. O desafio reconstrutivo político da aprendizagem. In: DEMO, P.; TAILLE, Y.; HOFFMANN, J. **Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem da formação moral e da avaliação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, p.7-30, 2002.

FERNANDES, R. M. C. **Educação permanente: um desafio para o Serviço Social**. Revista Textos & Contextos - Serviço Social. n. 8. PUCRS: 2007.

_____, R. M. C. **Educação permanente: uma dimensão formativa no serviço social** - 2008. 199f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2008.

FERRAZ, F. et al. **Educação permanente em saúde e no trabalho de enfermagem: perspectiva de uma práxis transformadora**. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2010, set. 31(3):557-61.

GOMES, R. A análise dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 11 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999, p. 67-80.

HELLER, A.A. O cotidiano e a história. In: Magalhães, S. M. **Avaliação e linguagem:** relatórios, laudos e pareceres. 2 ed - São Paulo: Veras Editora, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

LISBOA, T. K. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun., 2010.

MERHY, E. E.; FEUERWERKER, L. C. M. **Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado.** Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação v. 2, n.1, 2007, p. disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/issue/view/149>> Acesso em: 23 dez. 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HCITEC-ABRASCO, 1999.

MOREIRA, M C. **Educação Permanente em saúde: revisão sistemática da literatura científica.** Porto Alegre, 2010. 42f. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-graduação em Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde, 2010.

PASCHOAL, A S. **O discurso do enfermeiro sobre educação permanente no grupo focal.** - Curitiba, 2004. vii, 104f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná , Setor de Ciências da Saúde, 2004.

PIERANTONI, C.R; RIBEIRO, E.C.O. **A Importância do processo de Educação Permanente na formação do médico: o docente como inovador/mediador/indutor de condições de auto-aprendizagem.** In: Arruda BKG, org. A Educação Profissional em Saúde e a Realidade Social. Recife: Instituto Materno-Infantil de Pernambuco/ Ministério da Saúde; 2001. p. 179-200.

SARRETA, F. O. **O trabalho do Assistente Social na Saúde.** Ciência et Praxis v. 1, n. 2, 2008. Disponível em <http://www.fip.fespmg.edu.br/ojs/index.php/scientae/article/viewArticle/41>. Acesso em: 20 dez., 2012.

SILVA, L. A. A. et al. **Educação permanente em saúde e no trabalho de enfermagem:** perspectiva de uma práxis transformadora. Rev. Gaúcha Enferm. (Online), v. 31, n. 3, p. 557-561, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v31n3/v3>